

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Alterações significativas	9

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	26
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	40
10.8 - Plano de Negócios	41
10.9 - Outros fatores com influência relevante	42

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos a alguns riscos de mercado, tais como: risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio.

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor dos nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros, taxa de câmbio, liquidez e crédito.

Alterações na conjuntura econômica do Brasil, como as políticas fiscais, cambiais, monetárias, entre outras que serão adotadas pela atual ou futura administração do Governo Federal, poderão prejudicar as nossas atividades através, por exemplo, da desaceleração econômica, aumento de juros, aumento da inflação e aumento da percepção de riscos em outros países.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas a inflação e da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diários").

A Companhia analisa constantemente a sua exposição a taxas de juros, sendo que vem apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, os valores dos principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são assim demonstrados:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

		Consolidado	
	<u>Classificação por categoria</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	23.276	15.270
		23.276	15.270
Aplicacoes financeiras			
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	500	
		500	
Contas a receber clientes			
	Empréstimos e recebíveis	71.457	69.940
		71.457	69.940
Partes relacionadas			
Ativos	Empréstimos e recebíveis	381	
		381	
Fornecedores			
	Outros passivos financeiros	14.005	15.200
		14.005	15.200
Empréstimo e financiamentos			
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	39.190	10.392
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	107.453	96.972
		146.643	107.364
Debêntures			
	Outros passivos financeiros	11.343	13.651
		11.343	13.651
Impostos Parcelados			
PPI	Outros passivos financeiros	9.915	12.081
Refis	Outros passivos financeiros	24.014	22.867
		33.929	34.948

A Companhia não acredita, baseando-se na atual política monetária que vem priorizando a estabilidade econômica, em um aumento nas taxas de juros variáveis, nas quais a Companhia está exposta, superior a 25%.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, em razão de parte de nossos principais insumos serem cotadas em dólar no mercado internacional.

A taxa de câmbio desses insumos influencia os nossos custos na medida em que afetam os preços em reais quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço dos insumos em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação nos preços dos insumos em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado a taxa de câmbio afeta as nossas exportações, uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Ademais, a Companhia tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano.

A Companhia realiza um acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as operações financeiras, inclusive com as controladas.

A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

		Consolidado	
	Classificação por categoria	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	23.276	15.270
		23.276	15.270
Aplicacoes financeiras			
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	500	
		500	
Contas a receber clientes			
	Empréstimos e recebíveis	71.457	69.940
		71.457	69.940
Partes relacionadas			
Ativos	Empréstimos e recebíveis	381	
		381	
Fornecedores			
	Outros passivos financeiros	14.005	15.200
		14.005	15.200
Empréstimo e financiamentos			
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	39.190	10.392
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	107.453	96.972
		146.643	107.364
Debêntures			
	Outros passivos financeiros	11.343	13.651
		11.343	13.651
Impostos Parcelados			
PPI	Outros passivos financeiros	9.915	12.081
Refis	Outros passivos financeiros	24.014	22.867
		33.929	34.948

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Risco de Liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

Nota	Consolidado				Total
	Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)	
Circulante					
Fornecedores	14.005				14.005
Financiamentos	62.867	12.544			75.411
Debêntures	3.976				3.976
Não circulante					
Financiamentos	-	31.057	30.697	9.478	71.232
Debêntures	-	7.367	-		7.367
Em 31 de dezembro de 2012	80.848	50.968	30.697	9.478	171.991

Realizamos, considerando indicadores de curto prazo e indicadores de longo prazo, a gestão do risco de liquidez, que tem como objetivo principal o acompanhamento da liquidez. Esses cálculos feitos com base em indicadores de liquidez imediata permitem à Administração da Companhia gestão obter dados em uma ótica global.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Risco de Crédito

Refere-se ao risco de eventuais perdas por inadimplência em suas contas a receber derivado de sua atividade operacional.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

porte.

A exposição da Companhia aos riscos de contraparte em instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2012, a classificação do risco está demonstrada a seguir:

	Percentual (%)
1 Risco Baixo	76,9
2 Risco Médio	3,9
3 Risco Alto (*)	19,2

(*) A maioria dos clientes nesta faixa está inativa e os respectivos títulos estão em fase de cobrança judicial. Os clientes desta faixa que ainda estão ativos compram da Cambuci com pagamento antecipado.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Faturamento bruto	267.592	284.964	332.824	334.372
Indicadores de inadimplência (i)	9,49%	8,60%	7,63%	7,33%

(i) Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes em 31 de dezembro de 2012 / o total do faturamento.

A gestão deste risco tem como objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos. Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do nível de inadimplência desses clientes.

A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o seu valor contábil deduzido de quaisquer perdas de valor recuperável. Em 31 de março de 2013, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Contudo, em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a administração da Companhia constitui provisões para trazê-las ao seu valor provável de realização.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) riscos para os quais se busca proteção**

Buscamos proteção contra riscos de taxa de juros, riscos de preço (relacionados à variação dos preços dos nossos insumos) e riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio. Nossa gestão de risco é, de modo geral, conservadora, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros.

Analizamos constantemente nossa exposição a taxas de juros, sendo que estamos apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

Risco de Taxa de Câmbio

Realizamos o acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as nossas operações financeiras, inclusive com as controladas.

Administramos nossa exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A nossa política financeira para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

Risco de Liquidez

Realizamos o acompanhamento da liquidez efetuando os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata. As principais ações da Companhia para mitigar o risco de liquidez estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

A nossa previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para nós e nossas controladas.

Risco de Crédito

Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

nível de inadimplência desses clientes.

Visando gerenciar este risco, mantemos contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte.

Com relação ao risco de crédito de clientes, temos como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos .

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não utilizamos qualquer parâmetro quantitativo ou qualitativo específico para fins de gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos. Nossa administração entende que tais parâmetros não são necessários face nossa exposição a tais riscos.

(e) operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial.

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração de riscos de mercado é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Não efetuamos aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, não possuímos qualquer comitê ou componente organizacional formalmente responsável por controle dos riscos a que estamos expostos.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos por nós adotados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais compatíveis com sua área de atuação e suficientes para implementar o seu plano de crescimento e desenvolvimento sustentável, cumprindo com todas as suas obrigações, agindo pro ativamente em busca das melhores oportunidades.

O cenário macroeconômico enfrentado pelas empresas ao longo do ano de 2012 se apresentou bastante atípico e desafiador, em particular no último trimestre do ano, que mostrou um forte desaquecimento no setor de materiais esportivos e um alto grau de concorrência nos segmentos em que atuamos.

Crescemos em distribuição em relação ao ano anterior em todos os segmentos, porém, identificamos claramente um deslocamento no *mix* de produtos, em função do mercado ter priorizado produtos mais baratos, que impactassem em um menor desembolso, reduzindo, conseqüentemente, nossa margem de contribuição. Crescemos em volume de vendas em alguns segmentos, porém, sem atingir os mesmos níveis de faturamento de ciclos anteriores. Adicionalmente, além dessa retração das vendas, o desempenho do CPV não atingiu os mesmos patamares dos períodos anteriores, em razão de eventos não recorrentes, tais como, férias coletivas e paradas de fábricas.

O Ebitda do ano de 2012 totalizou R\$ 13,8 milhões contra R\$ 26,4 milhões de 2011, representando uma queda de 47,8%. A margem Ebitda ficou em 5,0% em 2012 contra 9,6% em 2011.

O Ebitda em 2011 aumentou 12,1% em comparação ao ano de 2010, totalizando R\$ 26,4 milhões, ante o acumulado de 2010 de R\$ 23,9 milhões. A margem Ebitda ficou em 9,5%.

Os principais indicadores financeiros da Companhia encontram-se na tabela abaixo:

Indicadores Financeiros	2012	2011	2010
<i>Índices de Liquidez</i>			
Liquidez corrente	1,8	1,8	2,9
Liquidez geral	0,9	0,9	0,9
Liquidez imediata	0,1	0,1	0,1
<i>Índices de endividamento</i>			
Índice de endividamento	89%	83%	81%
Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total	47%	50%	29%
<i>Índices de rentabilidade</i>			
Margem bruta	41%	44%	43%
Margem ebitda	5,0%	9,6%	9,4%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	-42%	17%	27%
Retorno sobre ativo	-5%	3%	5%

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Variação				
	2012	2011	2010	2012/2011	2011/2010
Empréstimos de curto prazo	(75.411)	(66.810)	(20.311)	(8.601)	(46.499)
Empréstimos de longo prazo	(71.232)	(54.205)	(52.339)	(17.027)	(1.866)
Total de Empréstimos	(146.643)	(121.015)	(72.650)	(25.628)	(48.365)
(-) Caixa	23.276	15.270	7.706	8.006	7.564
(=) Posição financeira líquida	(123.368)	(105.745)	(64.944)	(17.623)	(40.801)
Patrimônio líquido	29.566	40.483	34.699	(10.917)	5.784
Participação de capital de terceiros	83%	75%	68%	174%	89%
Participação de capital próprio	17%	25%	32%	-74%	11%

A companhia busca diversificar suas fontes de financiamento, obtendo recursos no mercado financeiro, por meio de capital de giro e operações estruturadas. O detalhamento dos empréstimos e financiamentos encontra-se no quadro da letra "f".

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses para realização de resgate de nossas ações, além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não há hipóteses para realização de resgate de nossas ações, além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes aos seus compromissos financeiros, bem como mantido a assiduidade no pagamento desses compromissos.

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial 2012, até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado			
	Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)
				Total
Circulante				
Fornecedores	14.005			14.005
Financiamentos	62.867	12.544		75.411
Debêntures	3.976			3.976
Não circulante				
Financiamentos	-	31.057	30.697	9.478
Debêntures	-	7.367	-	7.367
Em 31 de dezembro de 2012	80.848	50.968	30.697	171.991

(i) As faixas de vencimento apresentadas são baseadas nos contratos firmados.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

As necessidades de financiamento da Companhia são atendidas por meio da utilização dos instrumentos clássicos de captação, em especial por financiamentos junto a diversas instituições brasileiras e internacionais. Entre suas diversas fontes de financiamento estão BNDES, Finimp, operações de créditos mercantis (leasing) e empréstimos de capital de giro. O bom relacionamento que a Companhia tem mantido com algumas instituições financeiras e sua transparência junto ao mercado tem garantido a oferta de crédito em patamares adequados no que toca preço e prazo.

Nos anos de 2010, 2011 a principal fonte de financiamento da Companhia foi o capital de giro. Em 2012, a Companhia optou por aumentar o volume de importações e em razão disso, houve a necessidade de aumentar a utilização das linhas de FINIMP.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não aplicável, pois nossos Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações. As deficiências de liquidez, caso ocorram, serão cobertas com através de caixa e equivalentes de caixa, que ao final de 2012 representavam R\$ 23.276. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com obrigações vincendas no curto prazo ou qualquer outra deficiência de liquidez, a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia poderá também contar com linhas de crédito contratadas com bancos de primeira linha.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes, (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em 31 de dezembro dos anos de 2010, 2011 e 2012, o endividamento apresentava a seguinte composição:

		Consolidado		
		2012	2011	2010
Encargos Financeiros Médios				
Em moeda corrente - R\$				
Capital de giro	CDI + 0,36% a.m.	30.559	37.678	25.376
Capital de giro	Fixo 18% a.a.	12.228		
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	37.295	25.696	
Desenharia - BNDES (a)	TJLP	21.350	23.242	25.191
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	228	2.557	1.501
Barclays (c)	0%	2.297	4.992	
Leasing	1,04% a 1,24%	318	-	
BDMG	IPCA + 6% a.a.	3.178	2.807	2.004
		<u>107.453</u>	<u>96.972</u>	<u>54.072</u>
Em moeda estrangeira - US\$ e Euro				
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	15.475	1.013	4.206
Capital de giro	90% da CDI (principal dolar, juros	9.347	9.379	
Capital de giro	Libor + 7,5% a.a.	14.368		
		<u>39.190</u>	<u>10.392</u>	<u>4.206</u>
		<u>146.643</u>	<u>107.364</u>	<u>58.278</u>
Passivo circulante		75.411	63.300	19.113
Passivo não circulante		71.232	44.064	39.165

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento das dívidas referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012.

		Consolidado		
		2012	2011	2010
2011				18.010
2012				3.980
2013		62.867	18.304	3.201
2014		39.852	44.064	6.100
2015		17.800	24.742	4.599
2016		8.628	2.758	4.892
2017		2.759	2.759	2.759
2018		2.644	2.644	2.644
2019		2.529	2.529	2.529
2020		2.415	2.415	2.415
2021 em diante		7.149	7.149	7.149
Total		<u>146.643</u>	<u>107.364</u>	<u>58.278</u>

i) contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(a) Desenhahia**

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida, no valor de R\$ 21.350 mil, em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

(b) Operações em moeda estrangeira

Em junho de 1999, a Companhia assinou com o Banco Barclays & Galícia (Bahamas) Limited um contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação com valor principal de US\$ 10.000 mil, dando como garantia bens móveis e imóveis no montante de R\$ 26.812 mil. Esta operação foi renegociada e deixou de ser indexada na moeda, sendo revisadas também as proporções das garantias, onde, uma parte foi liberada e, outra parte das garantias que já recaiam sobre os bens imóveis foi mantida, no montante equivalente ao saldo devedor. Em dezembro de 2012, o saldo remanescente a pagar era de R\$ 2.297 mil, que será pago em 14 parcelas de R\$ 164 mil, sem juros, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 20 de março de 2013.

c) Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

	<u>Encargos financeiros</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>2012</u>	<u>2011</u>
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a	11.343	13.651
			<u>2010</u>
			14.373
Passivo circulante		3.976	3.510
Passivo não circulante		7.367	10.141
		11.343	13.651
			14.372

	<u>Consolidado</u>		
<u>Vencimentos</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
2012			3.271
2013		3.510	3.272
2014	3.976	3.510	3.510
2015	3.390	3.121	3.121
Total	7.367	10.141	13.174

Em AGE de julho/98 foi aprovada a emissão pública de 15.000 debêntures da Companhia, as quais foram emitidas em agosto/98 com vencimento em agosto/01, parcialmente adquiridas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. Após o vencimento, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em até 60 meses, corrigidas pelo INPC e acrescida de juros de 8,5% ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

Em 14 de outubro de 2010, a Administração da Companhia visando colocar fim à execução e aos embargos de devedor, assim como à medida cautelar de sustação de protesto, autos nº 000.02.000156-8, e à respectiva ação ordinária declaratória, a Companhia pagará à Postalís, com a anuência expressa da Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda, o valor de R\$ 18.480, que passa a ser o valor devido enquanto a Companhia estiver adimplente com as obrigações ora estabelecidas, da seguinte forma:

- a) R\$ 3.113 mil no dia 14 de outubro de 2010;
- b) R\$ 15.077 mil, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano;
- c) R\$ 290 mil relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios.

ii) outras Relações de Longo Prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre dívidas

Não há grau de subordinação entre dívidas atuais da Companhia. Do ponto de vista contratual, não existe subordinação entre as dívidas, de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação do controle societário

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia citados nos itens acima possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

Não temos qualquer restrição ou previsão de alguma alienação de ativos, exceto aqueles dados em garantia para obtenção de financiamentos, ou emissão de novos valores mobiliários ou alienação de controle societário.

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro 2010, a Companhia estava utilizando 69% (sessenta e nove por cento) do limite de utilização de financiamentos contratados junto a Instituições Financeiras. Em 2011 este percentual correspondia a 70% (setenta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

por cento), enquanto que em 2012 correspondia a 90% (noventa por cento), aproximadamente.

Todos os contratos possuem garantias suportadas por duplicatas mercantis e bens do ativo imobilizado.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Para as demonstrações financeiras consolidadas as mesmas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

A análise horizontal e vertical das variações significativas em contas patrimoniais encontra-se a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Análise de nossos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro:

	31.12.2010		31.12.2011		31.12.2012		Variação		Variação	
	A.V.%(1)		A.V.%(1)		A.V.%(1)		2011/2010	A.H.%(2)	2012/2011	A.H.%(2)
(em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)										
Ativo circulante										
Caixa e equivalente de caixa	7.706	4,3%	15.270	6,5%	23.276	8,9%	7.564	98,2%	8.006	52,4%
Contas a receber de clientes	58.103	32,5%	69.940	29,9%	71.457	27,4%	11.837	20,4%	1.517	2,2%
Estoque	45.619	25,5%	64.197	27,5%	75.837	29,1%	18.578	40,7%	11.640	18,1%
Tributos a recuperar	2.265	1,3%	3.603	1,5%	5.791	2,2%	1.338	59,1%	2.188	60,7%
Despesas Pagas Antecipadamente	4.017	2,2%	3.364	1,4%	1.851	0,7%	(653)	-16,3%	(1.513)	-45,0%
Outros créditos	4.109	2,3%	13.146	5,6%	20.893	8,0%	9.037	219,9%	7.747	58,9%
Total do ativo circulante	121.819	68,2%	169.520	72,5%	199.105	76,3%	47.701	39,2%	29.585	17,5%
Ativo não circulante										
Aplicações financeiras	-	0,0%	-	0,0%	500	0,2%	-	0,0%	500	0,0%
Partes relacionadas	1.299	0,7%	-	0,0%	381	0,1%	(1.299)	-100,0%	381	0,0%
Depósitos judiciais	962	0,5%	1.740	0,7%	2.284	0,9%	778	80,9%	544	31,3%
Tributos a recuperar	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Outros créditos	3.356	1,9%	3.190	1,4%	1.753	0,7%	(166)	-4,9%	(1.437)	-45,0%
Outros investimentos	1.057	0,6%	1.115	0,5%	1.129	0,4%	58	5,5%	14	1,3%
Imobilizado	42.174	23,6%	52.636	22,5%	48.632	18,6%	10.462	24,8%	(4.004)	-7,6%
Intangível	8.080	4,5%	5.664	2,4%	7.207	2,8%	(2.416)	-29,9%	1.543	27,2%
Total do ativo não circulante	56.928	31,8%	64.345	27,5%	61.886	23,7%	7.417	13,0%	(2.459)	-3,8%
Total do ativo	178.747	100,0%	233.865	100,0%	260.991	100,0%	55.118	30,8%	27.126	11,6%
Passivo circulante										
Fornecedores	5.297	3,7%	15.200	7,9%	14.005	6,1%	9.903	187,0%	(1.195)	-7,9%
Empréstimos e financiamentos	20.311	14,1%	66.810	34,5%	79.387	34,3%	46.499	228,9%	12.577	18,8%
Salários e encargos sociais	5.668	3,9%	6.008	3,1%	5.050	2,2%	340	6,0%	(958)	-15,9%
Tributos a recolher	6.923	4,8%	5.014	2,6%	5.847	2,5%	(1.909)	-27,6%	833	16,6%
Demais contas a pagar	3.248	2,3%	3.221	1,7%	4.529	2,0%	(27)	-0,8%	1.308	40,6%
Total do passivo circulante	41.447	28,8%	96.253	49,8%	108.818	47,0%	54.806	132,2%	12.565	13,1%
Passivo não circulante										
Empréstimos e financiamentos	39.165	27,2%	44.064	22,8%	71.232	30,8%	4.899	12,5%	27.168	61,7%
Debêntures	13.174	9,1%	10.141	5,2%	7.367	3,2%	(3.033)	-23,0%	(2.774)	-27,4%
Tributos a recolher	46.354	32,2%	39.978	20,7%	40.913	17,7%	(6.376)	-13,8%	935	2,3%
Provisão para contingências	3.908	2,7%	2.946	1,5%	3.095	1,3%	(962)	-24,6%	149	5,1%
Total do passivo não circulante	102.601	71,2%	97.129	50,2%	122.607	53,0%	(5.472)	-5,3%	25.478	26,2%
Total do passivo	144.048	100,0%	193.382	100,0%	231.425	100,0%	49.334	34,2%	38.043	19,7%
Patrimônio líquido										
Capital social	32.340	93,2%	32.340	79,9%	32.340	109,4%	-	0,0%	-	0,0%
Reserva de capital	75.367	217,2%	-	0,0%	-	0,0%	(75.367)	-100,0%	-	0,0%
Reserva Legal	-	0,0%	336	0,8%	-	0,0%	336	0,0%	(336)	-100,0%
Reserva de lucro a realizar	-	0,0%	4.790	11,8%	-	0,0%	4.790	0,0%	(4.790)	-100,0%
Reserva de incentivos fiscais	-	0,0%	2.289	5,7%	-	0,0%	2.289	0,0%	(2.289)	-100,0%
Ajustes Acumulados de Conversão	(197)	-0,6%	559	1,4%	1.757	5,9%	756	-383,8%	1.198	-57,0%
Prejuízos Acumulados	(73.078)	-210,6%	-	0,0%	(4.902)	-16,6%	73.078	-100,0%	(4.902)	-1590,8%
Participação dos acionistas não controladores em controladas	267	0,8%	169	0,4%	371	1,3%	(98)	-36,7%	202	-126,4%
Total do patrimônio líquido	34.699	100,0%	40.483	100,0%	29.566	100,0%	5.784	-14,3%	(10.917)	-27,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	178.747		233.865		260.991		55.118		27.126	

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas substancialmente por caixa, bancos, contas correntes e depósitos bancários sem a incidência de juros. No período de 2010 a 2012, a variação positiva tem se mantido em torno de R\$ 8 milhões.

Estoque

O aumento nos saldos finais a dos estoques, na comparação dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, deve-se à retração do mercado consumidor de nossos produtos, combinada com o aumento do custo médio de produção do último

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

trimestre de 2012 e de 2011, resultando em estoques com preços médios elevados.

Outros créditos

As variações dos saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, nos exercícios de 2012 e 2011, correspondem substancialmente aos seguintes adiantamentos: fornecedores; despachante; viagens; férias; patrocínios em clubes; e outras contas a receber.

Imobilizado

A variação negativa observada de 2012 para 2011 deu-se em razão da depreciação do imobilizado, sem terem sido realizadas aquisições relevantes no período. A Administração da Companhia realizou, ao final de 2011, a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado, resultando em redução da taxa de depreciação de todos os seus equipamentos, com reflexos a partir de 01 de janeiro de 2012.

Passivo***Empréstimos e financiamentos***

A variação consolidada ocorrida nos períodos entre 2010 a 2012, corresponde a financiamentos em investimentos, necessidade de capital de giro e reestruturação administrativa da Companhia.

Demais contas a pagar

Os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a comissões a pagar.

A análise horizontal e vertical das variações significativas na demonstração do resultado do exercício encontra-se a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstração do resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro.

	31.12.2010		31.12.2011		31.12.2012		Variação		Variação	
	A.V.%(1)		A.V.%(1)		A.V.%(1)		2011/2010	A.H.%(2)	2012/2011	A.H.%(2)
(em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)										
Receita Operacional Líquida	242.830	100,0%	275.528	100,0%	274.172	100,0%	32.698	13,5%	(1.356)	-0,5%
Custos dos produtos e serviços vendidos	(142.210)	-58,6%	(155.669)	-56,5%	(161.496)	-58,9%	(13.459)	9,5%	(5.827)	3,7%
Lucro bruto	100.620	158,6%	119.859	43,5%	112.676	41,1%	19.239	19,1%	(7.183)	-6,0%
Receitas (despesas) Operacionais										
Comerciais	(63.749)	-26,3%	(76.031)	-27,6%	(83.029)	-30,3%	(12.282)	19,3%	(6.998)	9,2%
Administrativas e gerais	(18.123)	-7,5%	(25.835)	-9,4%	(29.268)	-10,7%	(7.712)	42,6%	(3.433)	13,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	296	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	-100,0%	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	3.259	1,3%	2.421	0,9%	6.831	2,5%	(838)	-25,7%	4.410	182,2%
	(78.317)	-32,3%	(99.445)	-36,1%	(105.466)	-38,5%	(20.832)	27,0%	(6.021)	6,1%
Lucro antes do resultado financeiro	22.303	9,2%	20.414	7,4%	7.210	2,6%	(1.593)	-8,5%	(13.204)	-64,7%
Resultado financeiro										
Despesas financeiras	(17.853)	-7,4%	(23.093)	-8,4%	(36.940)	-13,5%	(5.240)	29,4%	(13.847)	60,0%
Receitas financeiras	5.270	2,2%	8.967	3,3%	17.355	6,3%	3.697	70,2%	8.388	93,5%
	(12.583)	-5,2%	(14.126)	-5,1%	(19.585)	-7,1%	(1.543)	12,3%	(5.459)	38,6%
Lucro antes do Imposto de renda e CSL	9.720	4,0%	6.288	2,3%	(12.375)	-4,5%	(3.136)	-35,3%	(18.663)	-296,8%
Imposto de renda e CSL	(271)	-0,1%	271	0,1%	-	0,0%	542	-200,0%	(271)	-100,0%
Atribuíveis aos acionistas não controladores	48	0,0%	164	0,1%	58	0,0%	116	241,7%	(106)	-64,6%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.497	3,9%	6.723	2,4%	(12.317)	-4,5%	(2.594)	-29,2%	(18.934)	-283,2%
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$	0,26		0,18		(0,33)			-29,2%		-283,2%

(1) Análise vertical, que é a participação percentual dos itens sobre o total da receita operacional líquida no mesmo período.

(2) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos.

Receita bruta de venda de mercadorias e serviços

	31.12.2010		31.12.2011		31.12.2012		Variação		Variação	
	A.V.%(1)		A.V.%(1)		A.V.%(1)		2011/2010	A.H.%(2)	2012/2011	A.H.%(2)
(em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)										
Mercado Interno e Externo	310.310	100,0%	334.372	100,0%	332.824	100,0%	24.063	7,8%	(1.548)	-0,5%
Mercado interno	290.164	93,5%	276.616	82,7%	268.259,46	80,6%	(13.548)	-4,7%	(8.357)	-3,0%
Mercado externo	20.145	6,5%	57.756	17,3%	64.564,90	19,4%	37.611	186,7%	6.809	11,8%

Descrições das principais contas da Demonstração do Resultado consolidado**Receita**

A receita da Companhia é proveniente das vendas de seus produtos no mercado interno e no mercado externo, realizadas pelas operações na América do Sul e Europa.

A Companhia goza ainda de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as suas principais fábricas estão localizadas, com prazo de validade até 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício social na rubrica impostos sobre vendas, no grupo de deduções de vendas de 2012 foi de R\$ 22.927 mil. No exercício social encerrado em 2011, a subvenção foi de R\$ 23.367 mil (R\$ 20.301 mil em 2010).

A Receita Líquida em 2011 apresentou um aumento de 12,5%, passando de R\$ 247,7 milhões em 2010 para R\$ 275,5 milhões. O principal fator para esse aumento foi o crescimento no volume de vendas e reposicionamento de preços de venda.

Já no ano de 2012, a receita líquida da Companhia ficou praticamente estável em relação ao exercício social findo em 2011, passando de R\$ 275,5 milhões para R\$ 274,2 milhões, o que decorreu basicamente do mix de produtos vendidos, os quais tiveram margem de contribuição relativamente inferior, quando comparado ao mix de produtos vendidos em 2011

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Despesas com vendas e administrativas***

O aumento das despesas com vendas se deve ao forte investimento realizado pela Companhia em mídia e propaganda, o que vem ocorrendo e de forma intensificada nos três últimos exercícios.

O aumento das despesas administrativas de 2010 para 2011 foi de R\$ 7.712 milhões, esse aumento é proveniente da reestruturação da área de *supply*. De 2011 para 2012 o aumento foi de R\$ 3.433 mil, em decorrência da continuidade de investimentos na reestruturação da área de *supply*, assim como de investimentos em programas de redução de despesas, cujos resultados devem ser colhidos no decorrer do exercício de 2013.

Receitas / despesas financeiras

Em 2012 as receitas financeiras totalizaram R\$ 17,3 milhões contra R\$ 9,0 milhões em 2011, representando uma variação positiva de R\$ 8,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da atualização monetária ativa de processos tributários, com trânsito em julgado, reconhecidos pela controlada Cambuci Importadora Ltda. Por outro lado, as despesas financeiras aumentaram em R\$ 13,8 milhões, passando para R\$ 36,9 milhões em 2012 (R\$ 23,0 milhões, em 2011). Os principais fatores dessa variação são o efeito dos juros sobre os empréstimos para capital de giro, captados para a melhoria do processo produtivo, variação cambial sobre fornecedores do exterior e empréstimos bancários e atualização monetária passiva de processos tributários também reconhecidos pela referida controlada.

Outras receitas / despesas operacionais.

Em 2012, essa rubrica registrou o valor de R\$ 6.831 contra R\$ 2.421 no ano de 2011, representando um acréscimo em receita em relação as despesas, de R\$ 4.410, o qual decorreu substancialmente, de vendas de matéria-prima e resíduos, venda de bens do ativo imobilizado e créditos extemporâneo de PIS e Cofins.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) resultados das operações do emissor, em especial:****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Companhia é proveniente das vendas de seus produtos no mercado interno e no mercado externo, realizadas pelas operações na América do Sul e Europa.

A Companhia goza ainda de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as suas principais fábricas estão localizadas, com prazo de validade até 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício social de 2012 foi de R\$ 22.927 mil. No exercício social encerrado em 2011, a subvenção foi de R\$ 23.367 mil e em 2010 foi de R\$ 20.301 mil.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia finalizou o ano de 2012 com prejuízo de R\$ 12,3 milhões, contra lucro de R\$ 6,7 milhões em 2011, o qual foi 29,2% inferior ao lucro auferido em 2010.

O prejuízo apurado em 2012 teve como principais fatores a retração das vendas, notadamente no último trimestre de 2012, o desempenho do Custo de Produtos Vendidos (CPV) que colheu efeitos de férias coletivas e paradas de fábrica e custos fixos, bem como o fato de a redução de despesas comerciais e gerais e administrativas não terem sido proporcionais à queda nas vendas.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

Nossa receita de venda decorre, principalmente, da venda dos nossos produtos no mercado interno e externo. Nossa receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e modificação de preços.

Assim, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas por fatores que incluem a variação no volume de vendas e nos preços de insumos e produtos, a taxa de inflação, a taxa de câmbio e de juros, não sendo possível estimar o impacto de cada um desses fatores individualmente, dada a complexidade do negócio.

A Receita Líquida em 2011 apresentou um aumento de 12,5%, em relação a 2010, passando de R\$ 247,7 milhões para R\$ 275,5 milhões. Os principais fatores que contribuíram para esse aumento foi o crescimento no volume de vendas e reposicionamento de preços de venda. Já no ano de 2012, a receita líquida da Companhia ficou praticamente estável em relação ao exercício social findo em 2011, passando de R\$ 275,5 milhões para R\$ 274,2 milhões.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os negócios da Cambuci são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de curto e longo prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público-alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

A inflação poderá afetar nossos resultados operacionais, uma vez que os principais custos e despesas operacionais são denominados em reais e sujeitos aos efeitos da inflação. Um aumento na taxa de inflação no Brasil poderá aumentar o custo de nossos insumos, visto que os fornecedores tenderão a repassar aos elos seguintes da cadeia produtiva quaisquer aumentos nas suas próprias despesas. Adicionalmente, uma maior inflação poderá resultar na elevação dos preços de venda praticados pela indústria e comércio em geral, o que a seu turno acarretará novos focos de pressão inflacionária e demandas por reajustes salariais, tendo em vista sua defasagem em relação ao nível geral de preços.

Tal cenário, em última análise, poderá afetar negativamente nossas vendas e custos com pessoal, e, por conseguinte, prejudicar nossos resultados e lucratividade.

Estamos sujeitos também aos riscos da variação da taxa de câmbio, uma vez que a instabilidade cambial ou a excessiva valorização ou desvalorização do real frente a outras moedas pode afetar, de maneira prejudicial, a economia como um todo. Em especial, a desvalorização do real em relação ao dólar pode criar pressões inflacionárias e resultar na elevação das taxas de juros reais, o que afeta negativamente a economia brasileira e nossos resultados operacionais e financeiros. Por outro lado, a excessiva valorização do real também gera problemas na economia, não apenas prejudicando as exportações, mas principalmente, incentivando a entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá prejudicar nossos negócios, devido à intensificação da competição com produtos provenientes do exterior.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os períodos apresentados.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nenhuma aquisição ou alienação de participação societária que tenha sido relevante no período.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no período.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”), emitidos pelo “International Accounting Standards Board – IASB” para as demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC que afetaram as operações da Companhia, emitidos até 31 de dezembro de 2010, consequentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As alterações não trouxeram efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício de 31 de dezembro de 2012.

c.1) ressalvas presentes no parecer do auditor

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não temos histórico de ressalvas presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes.

c.2) ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, enfatizam, conforme descrito na nota explicativa nº 2.1 b, que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e auditadas pela GF Auditores Independentes. As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil são as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas da CVM e pelas normas, pronunciamentos e resoluções do IBRACON, do CFC e do CPC, todas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards*) ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS apenas na avaliação dos investimentos em controladas que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que pelo IFRS seriam avaliadas pelo custo ou pelo valor justo.

Principais Práticas Contábeis Críticas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

Estimativas e julgamentos críticos são aquelas que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ao elaborar as demonstrações financeiras, a Companhia fez estimativas relativas a diversos assuntos. Alguns desses assuntos são altamente imprevisíveis, fazendo com que estas estimativas dependam de opiniões formuladas com base nas informações disponíveis.

Há muitas áreas nas quais estimativas são utilizadas para situações imprevisíveis, mas o efeito provável da alteração ou substituição das estimativas não é relevante para as demonstrações financeiras. Veja as notas explicativas às demonstrações financeiras, para discussão mais detalhada da aplicação destas e de outras políticas contábeis.

Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas estão incluídas a seguir:

As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Tanto as demonstrações financeiras consolidadas quanto as demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e das suas sociedades controladas, conforme definida no CPC 02 (R2) e na IAS nº 21.

Transações e saldos

As transações e os saldos em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou do encerramento do exercício, conforme aplicável. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

As variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros são classificadas como “receitas financeiras” e “despesas financeiras”, respectivamente.

Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita:

Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica de receita financeira, na demonstração de resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). O prazo médio de recebimento da Companhia é de 71 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Estoque

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras ou de produção ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois o menor. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia, menos os tributos incidentes. As provisões para perda no valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Aplicações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Compreende o investimento financeiro com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, considerados pela Administração da Companhia como não sendo de liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Investimentos em sociedades controladas

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter benefícios de suas atividades (controle), o que em geral consiste na capacidade de exercer a maioria dos direitos de voto. Os investimentos em sociedades controladas são contabilizados, nas demonstrações financeiras da Controladora, pelo método de equivalência patrimonial. Esses investimentos são integralmente consolidados enquanto a Companhia detiver o seu controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia verifica, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia adota como prática, nas demonstrações financeiras da Controladora, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, em contrapartida da conta “resultado de equivalência patrimonial”.

Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção, quando aplicável, e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados para colocar o ativo em condições de uso.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos com base na estimativa da vida útil dos bens elaborada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão operacional das fábricas. As vidas úteis estabelecidas inicialmente são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem o parque fabril da Companhia são as condições operacionais das máquinas e equipamentos, o tempo hora de operação, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

A vida útil é revisada anualmente pela Companhia. A análise efetuada em 31 de dezembro de 2012 indicou a necessidade de mudança, na vida útil das máquinas e equipamentos das unidades fabris, em relação à praticada em 2011.

Os efeitos de depreciação decorrentes desta revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme requeridos pela interpretação técnica ICPC nº 10, foram registrados prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2012.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado no grupo de contas "Outras receitas (despesas) líquidas".

Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso.

Ativo intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados por marcas e patentes, direito de uso de softwares, direitos de uso de lojas.

As marcas e patentes são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As marcas e patentes têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos ou pelo prazo do contrato de aquisição.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os softwares são registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos de sistemas de gestão empresarial e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares possuem vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada ou pelo prazo do contrato de aquisição. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Se o montante recuperável de um ativo ou de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2012 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

Provisões e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável.

A Administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

- (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor reclamado multiplicado pelo percentual histórico da Companhia na liquidação dos processos dessa natureza;
- (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde a 100% do valor atualizado da causa.
- (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde a 100% do valor da causa.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância.

Perda remota – são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de ter algum desembolso; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, tais como o REFIS implementado no Brasil a nível Federal e o Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo - PPI, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(i) Correntes

O Imposto de Renda ("IR") e Contribuição Social ("CSL") do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(ii) Diferidos

Os créditos fiscais diferidos referentes ao IR e a CSL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC/IABS.

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária e foi preparada de acordo com o CPC 09. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre diversos agentes.

Ativos financeiros - Classificação

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, conforme as categorias abaixo relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos /constituídos.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros são classificados nessa categoria quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Tem o objetivo de serem negociados ativa e frequentemente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

(b) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados da data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de contratos de mútuo e de conta corrente com empresas ligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(c) Ativos mantidos até o vencimento - são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são apropriados no “resultado financeiro” do período em que ocorrem.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras.

As variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquida de impostos, como “outros resultados abrangentes”. Quando os títulos são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

recuperável (*"impairment"*), os ajustes acumulados do valor justo são transferidos para o resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro".

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos.

Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros (impairment)

A Companhia avalia no final de cada exercício, com base no histórico de perdas, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis, mantido até o vencimento ou como disponível para venda, está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- (a) dificuldade financeira significativa do emitente ou devedor;
- (b) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- (c) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira; ou
- (d) desaparecimento de um mercado ativo para um ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis

As perdas são registradas quando há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado.

A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

No momento a Companhia não mantém operações classificadas nessa categoria, entretanto, se tivéssemos alguma operação e se houvesse qualquer evidência de perda para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, o valor justo acumulado reconhecido no patrimônio líquido é transferido de “outros resultados abrangentes” para o resultado do exercício. Adicionalmente, se em um período subsequente, o valor da perda diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a mesma é revertida.

Outros investimentos

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A Companhia calcula o ajuste a valor presente (“AVP”) para as compras com prazo superior a 180 dias e, se existente, contabiliza como despesa financeira.

Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e em alguns casos, líquidos dos custos de transação incorridos na estruturação da

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

operação. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 22 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

Reconhecimento da receita de vendas

As receitas de vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços durante o curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, INSS e bonificações de clientes.

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e a Companhia não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador.

O direito legal, assim como os riscos e benefícios, é substancialmente transferido para o cliente, quando uma das modalidades dos termos de entrega for contratada:

(i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente no momento em que a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(ii) para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos no momento em que os produtos são entregues à transportadora do cliente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A avaliação dos controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas.

Nossa Administração entende que nossos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras atendem perfeitamente a qualidade, precisão e a confiabilidade das informações e são eficazes para prevenir ou identificar a ocorrência de erros. Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. Neste sentido, em dezembro de 2011 a Companhia migrou para uma nova versão de sistema integrado de gestão E.M.S Totvs, visando maior agilidade, controles eficazes e integração aos processos.

b) deficiência e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O relatório dos nossos auditores independentes com relação aos nossos controles internos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não aponta qualquer deficiência relevante nos procedimentos e controles internos que utilizamos para fins de elaboração de das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados,

Não realizamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva e,

Não aplicável.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet times), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contrato de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Na data deste Formulário de Referência, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.